

NOSSA CAPA



SER MILITAR*

“Na guerra procuro ser o primeiro a desafrontar a minha Pátria, acabada a luta, sou apenas um homem do povo, donde saí e em cujo seio vivo.”

General Osório

ERICA BARRETO NOBRE**
Capitão de Mar e Guerra (RM1-T)

SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

As premissas da profissão militar sobre a natureza humana

O reducionismo equivocado do militarismo ao aspecto da hierarquia

A noção abnegada de serviço e dever: salvaguarda contra as armadilhas do poder

O indissolúvel vínculo entre a liderança militar e o compromisso de responsabilidade

Coletivismo e sobrevivência em combate

“Tanto obedecer quanto ser fonte de iniciativas”

Quem somos – o direito de nos fazer conhecer

Conclusão

* N.R.: Matéria publicada na Revista Villegagnon nº 6/2011, pág. 36.

** Psicóloga, graduada pela UERJ, ingressou na Marinha em 1983. Serviu no Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (Chefe do Departamento de Psicologia) e na Escola Naval (Instrutora de Liderança e Chefe do Centro de Ensino de Ciências Sociais). Atualmente, na Reserva, é instrutora naquela Escola. Mestre em Psicologia Social pela UFRJ, com dissertação relativa à liderança militar-naval. Recebeu o Prêmio Produção Acadêmica 2006, por artigo publicado na RMB (4º Trimestre/2005).

APRESENTAÇÃO

Depois de um árduo processo seletivo, finalmente, em 18 de abril de 1983, ao som do “Cisne Branco”, num arremedo de marcha e ainda em traje civil, adentrei pela primeira vez os muros do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan) da Marinha do Brasil (MB), matriculada no Curso de Adaptação ao Quadro Feminino de Oficiais, na condição de guarda-marinha. Àquela época, pouca noção eu tinha do que significava tornar-se militar e o que eu de fato esperava da Marinha era que lá me dessem a oportunidade de exercer a única profissão que eu amava e na qual realmente me reconhecia: psicóloga.

Segundo o antropólogo brasileiro Celso Castro, o “civil” é uma invenção dos militares. Não se seria “civil” a não ser diante de militares e quando por eles assim classificado. A dicotomia civil x militar não seria uma categoria natural de identidade para o cidadão comum, apenas para os militares. Assim, naquele momento, essa questão de identidade ainda não se colocava para mim. A Marinha representava apenas uma organização empregadora, talvez só temporariamente, onde eu poderia exercer a profissão de psicóloga. Entretanto, ao longo de minha carreira na MB, esta foi assumindo para mim um novo significado.

Primeiro servindo no Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha e, ainda lá, realizando pela MB o mestrado em Psicologia Social com dissertação sobre Liderança Militar e, depois, servindo na Superintendência de Ensino da Escola Naval – estas três experiências exigiram de mim um profundo esforço de compreensão do “ser militar” e me conduziram a uma afetiva empatia com o universo militar e a uma consciente e madura identificação com a instituição Marinha do Brasil e com a profissão das armas, sem abrir mão do meu

olhar primeiro de psicóloga, mas, pelo contrário, tentando sempre ocupar da melhor forma possível este lugar que a MB, por não negar e, sim, agregar os diversos saberes e contribuições profissionais, me destinou.

Por entender que a perenidade e a eficácia de nossas Forças Armadas dependem de um honesto esforço de autoconhecimento e de um movimento simultâneo de identificação e manutenção de valores inegociáveis, paralelamente à adaptação a novas contingências e desafios, passo a compartilhar algumas reflexões sobre o que acredito ser a essência de nossa profissão – muitas vezes tão mal compreendida pelo cidadão “civil” e, outras tantas vezes, também pouco realmente conhecida, num sentido mais reflexivo e sistemático, pelos próprios cidadãos “militares”.

INTRODUÇÃO

O tema proposto será apresentado em sete breves tópicos, que não pretendem esgotar o assunto, mas apenas enumerar alguns aspectos que, na concepção da autora, parecem delinear a essência da identidade profissional militar. Inicialmente, faz-se necessário evidenciar as premissas sobre a natureza humana que justificam e legitimam eticamente a existência da profissão militar. Em seguida, cabe duvidar de alguns estudos antropológicos que, de forma superficial e simplista, apontam exclusivamente a hierarquia como cerne norteador da instituição, das relações e da visão de mundo dos militares. Mas se a hierarquia é uma das facetas da organização militar e não o todo, quais seriam os demais aspectos que caracterizariam o *ethos* ou a cultura militar?

Os tópicos subsequentes abordam quatro características consideradas como discriminantes e idealmente típicas, embora não necessariamente exclusivas, da profissão militar. São elas: o uso do poder atrelado à



noção de serviço e de dever em prol do bem comum; o exercício da liderança vinculado a um forte e inescapável compromisso de responsabilidade pessoal pela missão, pelo grupo e pelas consequências das decisões, ações e omissões em comando; a desconstrução do individualismo em prol da construção de fortes laços de solidariedade e de coesão grupal e do coletivismo – esteio derradeiro da resistência em combate; a capacidade de aliar a obediência da disciplina e da autodisciplina à iniciativa e à liderança, transitando com naturalidade em ambos os papéis e os desempenhando igualmente bem. Mas para que o cidadão militar não apenas se aproprie de sua identidade, mas também conquiste seu lugar de reconhecimento e de respeito na sociedade democrática em que, felizmente, vivemos,

faz-se mister, além do autoconhecimento, fazer-se conhecer, rompendo círculos viciosos de estereótipos e de preconceitos mútuos entre civis e militares – todos cidadãos brasileiros.

Este último aspecto da disseminação de informações sobre a profissão militar e as Forças Armadas será tratado no sétimo tópico, seguindo-se uma conclusão. Nesta será abordada a possibilidade de conciliação entre o juramento profissional militar de autossacrifício e a preservação da autonomia e da dignidade humana, à luz dos pressupostos fundamentais da ética kantiana, entendendo-se que nenhum homem pode ser usado como meio para atingir quaisquer que sejam os fins, porque, na verdade, todo homem é e merece ser tratado como um fim em si mesmo.

AS PREMISSAS DA PROFISSÃO MILITAR SOBRE A NATUREZA HUMANA

Cada um de nós encerra no âmago de sua personalidade algumas crenças centrais – premissas assumidas, em geral de forma não totalmente consciente, sobre o mundo que nos cerca e sobre a natureza humana. Da mesma forma, mesmo as ciências, os cientistas e as diversas teorias partem de premissas estruturantes, assumidas *a priori*, sem o requisito ou a possibilidade de comprovação – são as chamadas premissas ontológicas.

Tratemos, então, da concepção de natureza humana que respalda e justifica a profissão das armas, aquela que se encarrega do emprego organizado da violência, citando para tal dois pensadores: Sigmund Freud (1856-1939) e Thomas Hobbes (1588-1679). Para Freud (1920), o “Pai da Psicanálise”, duas pulsões básicas determinam a natureza humana: Eros (impulsos de autoconservação e afetivos/sexuais) e Tanatos (impulsos auto e heteroagressivos).

A concepção freudiana do humano descreve sua natureza como basicamente conflituosa, fadada à incompletude e à impossibilidade de satisfação plena e irremediavelmente marcada pela pulsão de morte e pela agressividade. Ratificando as concepções de Freud, segundo Samuel Huntington, o homem da ética militar seria, por essência, o homem de Hobbes (*Leviatã*). A existência humana fora do Estado é de luta de todos contra todos. “O homem é o lobo do homem”. Freud e Hobbes têm, ambos, uma visão pessimista da natureza humana, definindo-a como intrinsecamente

destrutiva. Para Hobbes, cada um de nós tem direito a tudo, e uma vez que todas as coisas são escassas, existe uma constante guerra de todos contra todos. No entanto, em interesse próprio, os homens têm a necessidade de limitar ou acabar com a guerra e por isso formam sociedades, entrando num contrato social. De acordo com Hobbes, tal sociedade necessita de uma autoridade pela qual todos os membros devem sacrificar parcialmente a sua liberdade natural, a fim de que tal autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum.

**Os homens
têm a necessidade de
limitar ou acabar com a
guerra e por isso formam
sociedades, entrando num
contrato social**

A partir dessas premissas ontológicas, justificar-se-ia a existência de um Estado e de seu braço armado, que tem valor dissuasório e funciona como recurso último e extremo para a manutenção da ordem e, por paradoxal que possa

parecer, da liberdade, da dignidade e da vida. A menos que se aceite essa premissa da violência como fato social e da agressividade como parte inerente da natureza humana, nada poderá legitimar ou eticamente justificar a existência da profissão militar.

O REDUCIONISMO EQUIVOCADO DO MILITARISMO AO ASPECTO DA HIERARQUIA

Buscando recuperar certo distanciamento para estudar a instituição militar com maior grau de alteridade e isenção, recorreu-se a trabalhos de antropólogos brasileiros, mas percebeu-se que alguns destes estudiosos tendem a tomar o ordenamento hierárquico da instituição – sua formatação – como sua única natureza. Afirmar-se então, por exemplo, que a hierarquia norteia toda a vida das instituições

militares, determinando as relações militares e a “fronteira simbólica” entre “nós, militares” e o restante da sociedade e que a quebra dessa cadeia geraria uma espécie de “horror incestuoso” entre os militares, e a “promiscuidade hierárquica” estaria associada a uma série de tabus, sendo visivelmente temida e evitada.

Ora, se por um lado a hierarquia e a disciplina são princípios indubitavelmente constituintes e basilares das Forças Armadas (FFAA), conforme consta no artigo 142 da nossa Constituição, por outro lado, há que se compreender que, longe de dever ser sacralizada, a hierarquia constitui um princípio funcional útil e racionalmente justificável da profissão militar, tendo em vista a natureza da missão e as condições peculiares de trabalho desses profissionais em sua atividade fim: o combate.

Assim é que mesmo um estudioso crítico e polêmico como Dixon afirma em seu livro *Psicologia da Incompetência dos Militares*: “Os grupos sob reduzida tensão operando em situações isentas de angustiantes incertezas comportam-se melhor sob liderança democrática, mas as organizações militares que em tempo de guerra estão sujeitas a situações estressantes realmente se adaptam melhor a liderança autocrática.”¹ Defende-se, portanto, a ideia de que há muito mais do que simples enquadramento hierárquico no “ser militar” e de que, talvez, a pedra de toque da identidade militar se assente em outra característica, mais essencial e basilar do que os próprios

pilares da hierarquia e disciplina. Vejamos, no próximo tópico e ainda nos três subseqüentes, do que se trata.

A NOÇÃO ABNEGADA DE SERVIÇO E DEVER: SALVAGUARDA CONTRA AS ARMADILHAS DO PODER

Para elucidar este tópico, abusar-se-á de citações. Trata-se de contribuições de diferentes estudiosos que foram fundamentais para alcançar uma compreensão pessoal do *ethos* e da profissão militar.

Lord Acton afirmou que “o poder corrompe: o poder absoluto corrompe absolutamente”. Na mesma

linha de pensamento, o psicanalista Laurent Lapierre explica esse processo de dominação pelo poder da seguinte maneira: “O exercício da liderança dá ao líder a possibilidade de controlar seu destino e o de outras

pessoas, de realizar seu potencial criador, mas também, em função da possibilidade de dar livre curso a seus desejos, a seus caprichos, a suas tendências perversas e a seus conflitos interiores, pode contribuir para sua destruição e a dos outros.”²

Como se furtar a essas armadilhas do poder? O que, idealmente, afasta a profissão militar, em sua genuína concepção, da mera aplicação do poder pelo poder? Os generais Marshall, Eisenhower e Bradley, ao se perguntarem qual seria a característica indispensável no líder que deve ordenar a outros homens que enfrentem a morte, chegaram

“A preocupação do comandante por si mesmo e sua situação deve ser menor do que a sua preocupação pela causa que defende e pelas tropas a quem comanda, lidera e serve”

1 DIXON, Norman F. *On The Psychology of Military Incompetence*. London: Futura Publications Limited, 1979.
2 LAPIERRE, Laurent (coord.). *Imaginário e Liderança*. São Paulo: Atlas, 1995.

à conclusão de que seria a abnegação. “A preocupação do comandante por si mesmo e sua situação deve ser menor do que a sua preocupação pela causa que defende e pelas tropas a quem comanda, lidera e serve.” A noção de prestação de serviço, o sentimento de dever e a abnegação devem guiar o militar no seu uso do poder, e nunca a ambição em si do poder. Por este motivo, na epígrafe deste artigo destaca-se a fala do General Osório:

“...acabada a luta, sou apenas um homem do povo...”.

É a premissa do uso funcional, e não pessoal, do poder em benefício do bem comum que transforma a hierarquia militar num meio e não num fim em si mesmo.

É este emprego abnegado do poder que o justifica eticamente e que, consequentemente, dignifica a disciplina militar, distinguindo a obediência vil do escravo daquela disciplina forte e audaz do soldado. Recorrendo ainda a mais uma citação, para melhor elucidação do presente tópico, destaca-se a fala de Jarbas Passarinho: “Obedecer a quem tem o direito de dirigir, ou a quem tem o encargo da obra comum para o bem comum, é agir como homem livre, pois que não significa estar a serviço de outro homem, à feição do escravo, mas ser parte de uma ação em proveito do todo. O ‘não obedecer senão a si mesmo’ é uma quimera igual àquela do homem isolado, vivendo apartado da sociedade. A autoridade não pode excluir a liberdade. A obediência consentida é a afirmação maior do direito.”³

Talvez soe como paradoxal que desse mesmo homem, que é atormentado por conflitos e motivado por pulsões agressivas e de autopreservação de tal ordem que justificam a necessidade de controle pelos mecanis-

mos do Estado, se esperem tais níveis de desprendimento e de abnegação. A mesma teoria psicanalítica que cria este impasse lógico também o responde. Para Freud, a civilização começa com a repressão, já que somos regidos inconscientemente pelo princípio do prazer, que é limitado pelo princípio da realidade. E a realidade está no outro, está no social, na vida dos indivíduos em grupo, com suas normas e sanções. Pela

socialização e pela educação, o “bicho humano” se faz “ser civilizado”, sublimando impulsos, isto é, canalizando-os para objetivos socialmente aceitáveis e louváveis. Isso explica por que as instituições militares

investem tanto na formação precoce de seus recursos humanos e dão ênfase à “forja do caráter”, ao princípio da realidade e do dever em detrimento do princípio do prazer, destacando em seu processo de socialização valores como a honra e o autorrespeito e preocupando-se com a formação de uma personalidade ética e sensível a sentimentos como a vergonha e a culpa, sentimentos estes que estão na raiz da consciência moral e que a engendram. Dentre os valores cultivados durante a educação militar destaca-se, então, uma forte noção inalienável de responsabilidade, que se discutirá a seguir.

Dentre os valores cultivados durante a educação militar destaca-se, então, uma forte noção inalienável de responsabilidade

O INDISSOLÚVEL VÍNCULO ENTRE A LIDERANÇA MILITAR E O COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE

A Ordenança-Geral para o Serviço da Armada é explícita: “À autoridade outorgada ao militar corresponde inteira

3 PASSARINHO, Jarbas. *Liderança militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987.

responsabilidade pelo bom desempenho no cargo ou pela perfeita execução da ordem”. “A autoridade é direito – poder de fazer ou mandar; a responsabilidade é obrigação – dever de fazer”. O superior é sempre responsável: “pelo acerto, a oportunidade e as consequências das ordens que der; e pelas consequências da omissão de ordens, nos casos em que for seu dever providenciar”.⁴

Seria inviável tal pretensão de tudo controlar? Seria injusto ser o líder militar cobrado por tudo e responder até pelo imponderável e pela fatalidade? A resposta é sim e... **não!**

Um exemplo emblemático desse verdadeiro trunfo da cultura militar nos é dado em uma das cenas do filme “Tropa de Elite 2”. Numa situação de rebelião, o Coronel

Nascimento comanda uma ação do Batalhão de Operações Especiais (Bope) num presídio. Enquanto um interventor de direitos humanos tenta negociar com o presidiário que liderava os rebelados a libertação de reféns de uma facção inimiga de presidiários, o Capitão Matias, também do Bope, sem ordem do seu coronel, entra em meio à negociação e atira no líder rebelde, matando-o e deflagrando uma grande crise política que impacta negativamente a imagem do Bope e atinge o Coronel Nascimento. Embora o Capitão Matias afirme que a culpa era toda dele próprio e que ele deveria assumir a responsabilidade pelo ocorrido, o coronel do Bope recusa veementemente e afirma: “O comando é meu, a responsabilidade é

minha!” Ele tinha realmente culpa ou tinha como evitar o que aconteceu? Aparentemente não, mas não é isso o que realmente importa dentro da lógica da profissão militar. Se o submarino naufragar por um erro de um marinheiro, não será apenas ele que correrá o risco de morrer – todos estão literalmente no mesmo barco, portanto todos sofrem as consequências.

O líder pode falhar de diversas formas, inclusive por não prever problemas, não perceber vulnerabilidades, não dar treinamento, desconhecer homens, técnicas e equipamentos e até por “não ter boa sorte”

Então, tudo diz respeito a todos e é problema de todos e, mais do que de qualquer um dos membros do grupo, é problema do líder do grupo. O líder pode falhar de diversas formas, inclusive por não prever problemas, não perceber vulnerabilidades, não dar treinamento, desconhecer homens, técnicas e equipamentos e até por “não ter boa sorte”. É

um pesado jugo ser um líder militar, mas flexibilizar este aspecto é correr o risco de cair na vala comum da omissão e da falta de coragem moral. É pensar em transigir e ceder só um pouquinho para logo depois, quem sabe, se surpreender dizendo “eu não sabia que isso estava acontecendo”, achando que assim, apesar de estar no comando, se justifica e se exime de qualquer responsabilidade pelos acontecimentos. Será que vale a pena?

COLETIVISMO E SOBREVIVÊNCIA EM COMBATE

Segundo a antropóloga F. Chinelli, a ênfase na união e na camaradagem é característica conhecida da instituição

4 BRASIL. Marinha do Brasil. Secretaria-Geral da Marinha. *Vade-Mécum Naval*. – Ordenança Geral para o Serviço da Armada. Rio de Janeiro, 2009.

militar. Nesse universo, a proeminência da coletividade é intencionalmente promovida, define a dinâmica da caserna, é considerada fundamental para o seu bom funcionamento e até extrapola os aspectos profissionais e penetra na vida doméstica. Há um incentivo formal por parte da corporação à confraternização e à união entre os membros da chamada “família militar”. C.R. Silva comenta que, sob a égide desse coletivismo, a corporação militar detém certo controle e conhecimento da vida do indivíduo, condiciona-o a uma série de regras e de condutas próprias e acaba definindo a construção das relações e a formação da identidade desses indivíduos. Seria esse nível de intromissão na vida individual excessivo, desnecessário ou até nocivo? A que propósito serviria este tipo de prática institucional?

Diversos pesquisadores que se dedicaram ao estudo de combatentes afirmam reiteradamente que a coesão grupal é uma característica das profissões que envolvem perigo, esforço e privação. Ela é incentivada em qualquer processo de treinamento militar e ajuda a gerir os medos e ansiedades diante do desconhecido e do perigo, além de sustentar a motivação durante o combate, mesmo que quaisquer outros motivos falhem, elevando o moral e aumentando as chances de sobrevivência do grupo. Uma pesquisa americana realizada com militares da Segunda Guerra Mundial mostrou que a motivação básica em combate (além da motivação de “terminar a tarefa” – o que significava que todos podiam voltar para casa) era a solidariedade com o grupo. Isto superava, de longe, a autopreservação ou

A coesão grupal é uma característica das profissões que envolvem perigo, esforço e privação

o idealismo como motivação. A lealdade ao grupo leva os homens a voltarem ao combate e a atos de heroísmo. Quando perguntaram a Audie Murphy, condecorado com uma Medalha de Honra do Congresso, por que enfrentara sozinho uma companhia de infantaria alemã, ele respondeu, memoravelmente: “Eles estavam matando meus amigos”. Durante 15 meses, entre 2007 e 2008, o jornalista S. Junger acompanhou um pelotão de infantaria do Exército americano baseado numa remota área do leste do Afeganistão. Ele relata o efeito quase narcótico produzido por um grupo estreitamente unido. O autor conta: “O pelotão era a fé, uma causa maior

que, quando a gente focava nele para valer, afastava o medo”.⁵

Além do elemento afetivo da solidariedade, cujo valor foi explicitado no parágrafo anterior, o coletivismo incentivado na vida militar engloba também, como já foi dito, a questão do controle que se imiscui na intimidade do sujeito e de sua vida pessoal e doméstica, aparentemente de forma talvez arbitrária e abusiva. O que poderia respaldar tal tipo de procedimento? O recente testemunho de Junger sobre um combate do século XXI fala por si mesmo, sendo pungentemente esclarecedor quanto a essa questão: “As margens eram tão estreitas, e os erros potencialmente tão catastróficos, que na prática todo soldado tinha autoridade para repreender os outros – em alguns casos, até os oficiais. E como a sorte de um combate às vezes depende dos detalhes mais absurdos, não havia praticamente nada na rotina de um soldado que ficasse fora do alcance do grupo. Amarrar

5 JUNGER, Sebastian. *Guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

bem os coturnos, limpar a arma, beber bastante água, prender o visor noturno – tudo era questão de interesse geral, e por isso estava sujeito a minucioso exame de todos. (...) Ali tudo acontece de repente, não se podia esperar que um sujeito com os cadarços soltos pudesse continuar de pé num momento crucial. Era a vida de outro homem que ele punha em risco, não apenas

a sua. (...) Segurança pessoal é algo que não existe; o que acontece a um acontece a todos.”⁶

O relato do jornalista remete a autora a reflexões sobre a razão de ser das chamadas “punições coletivas”, que podem ser realmente

mal empregadas, mas que, invariavelmente, são interpretadas pelos jovens militares em formação, sumariamente, como injustas e descabidas. Como afirma Junger, no combate real, “o que acontece a um acontece a todos”. Não importa quem foi o culpado, todos são responsáveis por todos.

A seguir, discute-se a questão do mito da rigidez militar, à luz das exigências do combate do século XXI e do perfil de combatente delineado pela Estratégia Nacional de Defesa de dezembro de 2008.

“TANTO OBEDECER QUANTO SER FONTE DE INICIATIVAS”

A diretriz nº 13 da Estratégia Nacional de Defesa (1) é clara: Cada homem e mulher a serviço das Forças Armadas há de estar apto tanto a obedecer quanto a ser fonte de iniciativas: “...cada combatente deve ser treinado para abordar o combate de modo a atenuar as formas rígidas e

tradicionais de comando e controle, em prol da flexibilidade, da adaptabilidade, da audácia e da surpresa no campo de batalha”. Deve ser “capaz de exercer a iniciativa na ausência de ordens específicas, de orientar-se em meio às incertezas e aos sobressaltos do combate, de adaptar suas ordens à realidade da situação mutável em que se encontra”.⁷

Ao perseguir o cumprimento de sua missão, o militar é um usuário das regras e planejamentos, mas não um refém destes

Assim se relativiza a noção da suposta rigidez militar e da autocracia como único estilo viável de liderança militar. O militar do século XXI deve ser adaptável e flexível, capaz de discernir quando seguir e

quando quebrar regras, apto a planejar e a prever para prover, tanto quanto a lidar com imprevistos, complexidade e ambiguidade, distinguindo o que é crítico e essencial, integrando novas informações, reformulando planejamentos, tomando decisões e improvisando, se necessário. Ao perseguir o cumprimento de sua missão, ele é um usuário das regras e planejamentos, mas não um refém destes.

Depois de discutir o reducionismo da profissão militar à hierarquia e à rigidez e de apresentar como características definidoras do “ser militar” aspectos como a abnegação, o compromisso inalienável de responsabilidade, o coletivismo e a adaptabilidade e capacidade de liderança, para finalizar propõe-se, a seguir, uma reflexão sobre a imagem da profissão militar perante a sociedade, sobre as implicações de possíveis distorções e estereótipos negativos e sobre as nossas responsabilidades nestas questões.

⁶ Idem

⁷ BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. 2. ed. Brasília-DF, 18 dez. 2008.

QUEM SOMOS – O DIREITO DE NOS FAZER CONHECER

Lendo os diferentes artigos do livro *Antropologia dos Militares*, percebe-se que, infelizmente, muitos estudiosos encontraram barreiras para pesquisar o universo militar. Verifica-se também que suas atitudes diante do grupo estudado variam bastante e talvez tenham, em certa medida, contribuído para que alguns tenham logrado êxito em suas tentativas de pesquisar os militares e outros não. As referidas posturas variam de uma receptiva dose de empatia para com a instituição militar, passando por um despojamento quase neutro e chegando até, praticamente, a uma clara aversão pelo grupo de “nativos” (como se denomina o objeto de estudo em Antropologia), resistência esta declarada e honesta, na melhor das hipóteses, mas também, algumas vezes, com claros elementos projetivos, no sentido psicológico do termo, com relatos pontuados por comentários que mais parecem denunciar características renegadas do próprio pesquisador do que desvelar seu objeto de estudo.

Sobre a percepção dos pesquisadores quanto à questão da tendência ao isolamento e à autossuficiência das instituições militares, encontram-se também diversas opiniões e muitas críticas: ora apontando negativamente o isolamento em si, ora supondo que

as FFAA, ao quebrarem o isolamento, estão na verdade estrategicamente empenhadas numa guerra de imagem, pretendendo “estender sua visão de mundo à sociedade civil”, numa manobra ideológica. Há os que se queixam dos excessos de formalidade, mas também os que identificam, na hospitalidade “nativa”, tentativas de “cooptação” e de “sedução etnográfica”. C. Castro afirma que “...os militares se sentem parte de um ‘mundo’ ou ‘meio’ militar superior ao ‘mun-

do’ ou ‘meio’ civil, o mundo dos paisanos: representam-se como mais organizados, mais dedicados, mais patriotas”.⁸

Que lição extrair desses relatos? Aparentemente, a instituição militar não está logrando sucesso em se inserir e em se fazer entender pelo meio acadêmico, o que, provavelmente, pode ser estendido à sociedade em geral. A importância das FFAA não é autoevidente, e a História

recente do nosso país impõe uma série de preconceitos mútuos e de entraves à comunicação entre militares e outros segmentos da sociedade.

Mas o caminho da intolerância só tem perdedores. Entende-se que, nesse esforço de comunicação e de diálogo, é preciso reinventar caminhos e persistir nas tentativas de se dar a conhecer e de melhor integrar as Forças Armadas à sociedade. Afinal, a defesa dos interesses nacionais não é um problema só dos militares, mas uma

A importância das FFAA não é autoevidente, e a História recente do nosso país impõe uma série de preconceitos mútuos e de entraves à comunicação entre militares e outros segmentos da sociedade. Mas o caminho da intolerância só tem perdedores

8 CASTRO, Celso e LEIRNER Piero. *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

questão de Estado, que diz respeito a todos os cidadãos brasileiros. Ainda que alguns classifiquem como ideológicas as tentativas de divulgação das FFAA, entende-se que, de certa forma, tudo é ideológico, qualquer manifestação humana e social é ideológica, na medida em que é sempre um recorte ou uma das versões da inacessível e utópica verdade absoluta dos fatos.

Para que a sociedade possa conhecer suas Forças Armadas, é preciso que os militares façam a sua parte e mostrem a sua voz, trilhando o caminho que conduz a uma imagem “verdadeira” porque dialogada e negociada com a sociedade. Vale mencionar como exemplo de medida bem-sucedida de divulgação, diversas vezes citada e reconhecida por membros do meio acadêmico, a realização dos Congressos Acadêmicos sobre Defesa Nacional (CADN), promovidos pelo Ministério da Defesa. Esses eventos vêm possibilitando um genuíno processo de troca entre estudantes brasileiros de nível superior – sejam eles cadetes e aspirantes ou universitários –, bem como entre seus docentes.

CONCLUSÃO

Para concluir esta breve reflexão sobre o “ser militar”, levantam-se algumas questões

sobre dilemas éticos inerentes à profissão militar. Numa sociedade exponencialmente individualista, na qual, como afirma o notável sociólogo polonês Zigmunt Bauman, “o indivíduo está em combate com o cidadão”, como tornar atraente e até mesmo legitimar uma profissão em que a disposição para o sacrifício, até da própria vida, é condição *sine qua non* de admissão e pertencimento? Como

Como tornar atraente e até mesmo legitimar uma profissão em que a disposição para o sacrifício, até da própria vida, é condição *sine qua non* de admissão e pertencimento?

conciliar os pressupostos da profissão militar de abnegação e de dedicação a ideais patrióticos com o princípio ético kantiano de que “o homem é um fim em si mesmo” e nunca apenas um meio, do qual outros possam dispor para atingir fins ou interesses alheios?

O próprio filósofo Kant aponta uma possibilidade de encaminhamento desse dilema, ao afirmar que a liberdade

A liberdade é fruto da razão e do esclarecimento – “age moralmente aquele que é capaz de se autodeterminar”

é fruto da razão e do esclarecimento – “age moralmente aquele que é capaz de se autodeterminar”.⁹

A opção consciente pelo dever preserva o homem como fim em si mesmo. O princípio do dever não é incompatível com aquele da liberdade. Pelo contrário, o dever consiste em assumir esclarecidamente, por decisão e vontade próprias, compromissos previamente escolhidos pelo sujeito, com consciência e responsabilidade. Mas essa face elevada e enobrecedora do dever só pode ser alcançada autonomamente, por meio de um processo de reflexão crítica.

9 MARCONDES, Danilo . Textos Básicos de Ética . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Entende-se que somente uma noção de dever assim construída, desde a formação militar, pode compatibilizar a devoção a ideais patrióticos e o espírito de sacrifício, próprios da profissão das armas, com o princípio ético fundamental de Kant sobre a dignidade humana.

Advoga-se, assim, a necessidade de uma formação militar cada vez mais voltada

para a conscientização e a interiorização crítica e reflexiva dos valores da instituição militar, que possa apresentar a profissão militar como uma opção válida de projeto de vida pessoal, numa sociedade em que prevalecem, por um lado, o materialismo e o individualismo hedonista e, por outro, a crise existencial, a insatisfação, o ceticismo e o desencanto.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PESSOAL> Militar; Chefia; Conduta; Disciplina; Espírito de corpo; Honra; Liderança; Princípios militares;

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. 2. ed. Brasília, DF, 18 dez. 2008.
- _____. Marinha do Brasil. Secretaria-Geral da Marinha. Vade-Mécum Naval. – Ordenança-Geral para o Serviço da Armada. Rio de Janeiro, 2009.
- CASTRO, Celso e LEIRNER Piero. Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- DIXON, Norman F. On The Psychology of Military Incompetence. London: Futura Publications Limited, 1979.
- HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- JANOWITZ, Morris. O soldado profissional. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.
- JUNGER, Sebastian. Guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.
- KELLET, Anthony. Motivação para o combate: o comportamento do soldado na luta. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987.
- LAPIERRE, Laurent (coord.). Imaginário e Liderança. São Paulo: Atlas, 1995.
- LA TAILLE, Yves de. Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Ética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- NOBRE, Erica B. (Tese de Mestrado) “Crenças de superiores e subordinados sobre o perfil do líder militar-naval brasileiro neste final de século”. UFRJ, 1998.
- PASSARINHO, Jarbas. Liderança militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987.